

## ***A História das Práticas Turísticas no Serviço Social do Comércio de São Paulo (Sesc-SP)<sup>1</sup>***

Revista Rosa dos Ventos

6(2) 247-262, abr-jun, 2014

© O(s) Autor(es) 2014

ISSN: 2178-9061

Associada ao:

Programa de Mestrado em Turismo

Hospedada em:

<http://ucs.br/revistarosadosventos>



*Bernardo Lazary Cheibub<sup>2</sup>*

### **RESUMO**

Este trabalho é fruto de uma investigação em fase final de revisão textual, que acontece desde 2011<sup>3</sup>, acerca da constituição do Turismo no Sesc-SP, examinando as circunstâncias em que a atividade torna-se relevante nas suas políticas. Procurou-se entender as metamorfoses e readaptações que nortearam as práticas, diretrizes, posturas e intenções da instituição. A metodologia privilegiada na pesquisa foi a história oral temática, no intuito de fazer o registro da história do envolvimento de profissionais com o Turismo Sesc-SP. Foram realizadas vinte e duas entrevistas com (ex)profissionais e visitas à Biblioteca do Sesc Nacional (DN) e ao setor de Memória e Documentação do Sesc-SP, lugares que congregam documentos importantes relacionados à história do Turismo, na instituição. O recorte cronológico abarca desde os primeiros passos do Sesc-SP com o Turismo, sobretudo à partir de 1979 - ano em que o regional passa a desenvolver excursões, passeios e viagens com maior frequência e tenta se aprofundar conceitualmente do turismo social ao se aproximar de órgãos internacionais de relevância

**Palavras-chave:** Turismo. História do Turismo. Turismo Social. Serviço Social do Comércio. São Paulo, Brasil.

<sup>1</sup> Este artigo, oriundo de pesquisa de campo que ocorre desde março de 2011, representa a continuação do artigo publicado na revista *Dos Algarves* (v. 21, p. 4-23, 2012), devidamente referenciado no texto. De 31 de dezembro de 2011 (data do envio do artigo para publicação na revista *Dos Algarves*), até a data de envio para publicação nesta *Revista Rosa dos Ventos* - exatamente 2 anos e 6 meses - mais vinte e duas entrevistas e o acesso aos documentos sediados na biblioteca do Sesc Nacional e do Sesc-Memórias (Sesc-SP) trouxeram novos autores, reflexões, resultados e conclusões a este novo trabalho aqui publicado.

<sup>2</sup> **Bernardo Lazary Cheibub** - Doutorando em História, Política e Bens Culturais pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas, Bolsista Cpdoc/Prosup. Professor e Pesquisador da Universidade Federal Fluminense desde 2006.

<sup>3</sup> Trata-se do doutorado em História, Política e Bens Culturais da Fundação Getúlio Vargas, orientada pela Dr<sup>a</sup> Bianca Freire-Medeiros.

política na área - até 2013, ano no qual termino a pesquisa de campo e as entrevistas.

## ABSTRACT

**The History of Tourism Practices at Social Service of Commerce in São Paulo (Sesc-SP)** - This article is a result of an investigation in final stage of textual review, which happens since 2011 - held on the Doctorate in History, Politics and Cultural Goods of Getulio Vargas Foundation, directed by Professor Bianca Freire-Medeiros - regarding the constitution of tourism at Sesc-SP, examining the circumstances in which tourism become relevant to its policies. We try to comprehend the changes and readjustments that guided the institution's actions, guidelines, postures and intentions. The methodology privileged in the research was the thematic oral history, in order to make the historiographical record of professionals involved with tourism at Sesc-SP. Twenty two interviews with (former) professionals were performed and were made some visits to the library of Sesc-DN (national department) and to the memory and documentation sector of Sesc-SP, places that keep relevant documents related with the history of tourism in institution. The chronological period embraces since the first steps of Sesc-SP with tourism (1948), passing through 1979 - year that the regional administration of São Paulo starts to develop excursions, tours and travel more frequently and attempts a conceptual deepening on social tourism, approaching from international bodies of political relevance in the area - to the actions taken in 2013, when the field reserarch and the interviews were finished.

**Keywords:** Tourism. Tourism History. Social Tourism. Social Service of Commerce. São Paulo. Brazil.

## INTRODUÇÃO

A intenção da investigação aqui sintetizada foi a de compreender o Turismo em consonância com os elementos históricos, políticos e sociais que assinalaram seu percurso por meio de programas, projetos e ações realizadas pelo Sesc, instituição brasileira em que tal fenômeno, de maneira majoritária no país, foi fomentado e desenvolvido. Neste sentido, a pesquisa examina a origem, constituição e implementação da ideia de turismo social (e suas experiências) no departamento regional paulista do Sesc. Configuraram-se também como objetivos examinar e compreender as circunstâncias em que a atividade turística torna-se relevante nas políticas da instituição e as metamorfoses e readequações que nortearam suas ações nesta área. Tudo isto contextualizado pela história político-social do País, levando-se em conta, ainda que de maneira periférica, o contexto internacional em que se deu a definição de categorias como a de turismo social.

A motivação central para esta investigação foi a consideração da importância de se discutir o turismo social, especialmente em uma sociedade tão eivada de desigualdades, como é o caso

da brasileira. Em outras palavras, como estão sendo pensadas e desenvolvidas concretamente as ações que envolvem o Turismo como possibilidade de lazer para indivíduos que se encontram à margem do acesso aos espaços, cidades, paisagens, pessoas, experiências e ritmos distintos dos que se apresentam em seus cotidianos?

O tema é por certo atual e relevante socialmente, pois trata da perspectiva de pessoas envolvidas pela difusão de imagens (propagadas pelos meios de comunicação, sobretudo a televisão e a Internet) de atraentes e diferentes lugares, porém inalcançáveis a uma considerável parte da população. Num momento em que, no País, o Turismo e a viagem por lazer estão presentes como um conjunto de aspirações para um número cada vez maior de pessoas, torna-se relevante uma pesquisa que resgate um contexto institucional, que oscila e apresenta, complexos matizes entre dois polos: oportunidade para quem não teria a chance de vivenciar tais experiências e, ao mesmo tempo, instrumento de controle e busca de paz social (Cheibub, 2012).

No início do trabalho ajustei a discussão em torno da concepção de lazer – enxergado na tese como um direito social – e das mobilidades de lazer associadas ao Turismo. Depois tentei reconhecer o lugar do turismo social na história das atividades turísticas no mundo a partir do século XX. Ao desembarcar no Brasil e adotar o Sesc como a grande instituição fomentadora do turismo social, olhou-se para sua história, especialmente a partir do momento em que a entidade prioriza esta e outras práticas de lazer na oferta aos assistidos comerciários e outros beneficiados. Em seguida ousei desvelar os principais arranjos da ideia e criação do turismo social no Sesc-SP – fatos curiosos e dramáticos, disputas jurídicas, tentativas de diálogos e aproximações conceituais, estratégias e práticas profissionais.

## METODOLOGIA DE PESQUISA

De acordo com o entrevistado Luiz Wilson Pina<sup>4</sup>: *“A própria instituição não se preocupou em registrar a sua história de uma forma organizada”*. Ao buscar perceber os diferentes discursos possíveis, entrevistei várias pessoas que participaram das primeiras experiências, dos desdobramentos, do desenvolvimento, ou seja, do processo de idealização, planejamento, organização e execução do turismo social no Sesc-SP. São profissionais cujas histórias de vida muitas vezes se entrelaçam com a da empresa, responsáveis pela formulação das diretrizes, intenções e operacionalização da entidade em diferentes momentos. Nas palavras de Sônia Maria de Freitas (2006):

Com a História Oral temática, a entrevista tem caráter temático e é realizada com um grupo de pessoas, sobre um assunto específico. Essa entrevista – que tem característica de depoimento – não abrange necessariamente a totalidade da existência do informante. Dessa maneira, os depoimentos podem ser mais numerosos, resultando em maiores quantidades de informações, o que permite uma comparação entre eles, apontando divergências, convergências e evidências de uma memória coletiva, por exemplo. (pp. 21-22).

---

<sup>4</sup> Luiz Wilson Pina atuou no Sesc-SP de 1975 a 2003. Foi orientador social até 1977, trabalhando com ação comunitária. Depois foi assessor técnico, contribuindo no planejamento das unidades operacionais da instituição. Nos últimos anos tentou organizar no Sesc-RJ um centro de documentação, memória e pesquisa. Atualmente é consultor do Sesc Nacional.

Procurei selecionar os profissionais com atuação destacada, levando-se em consideração o período em que trabalharam ou trabalham na instituição, a função que exerceram ou exerçam, a participação em determinado episódio, dentre outros elementos contributivos para a escolha. Listo os entrevistados<sup>5</sup>, a seguir, separando-os por grupos (A-B-C-D-E-F), cada qual englobando indivíduos com histórias e especificidades profissionais afins.

**Grupo A:** Os sete entrevistados listados neste grupo são profissionais aposentados do Sesc-SP; em média trabalharam na instituição num período que se estende entre a década de 1970 e o início dos anos 2000, em cargos de gerência, direção, criando ou organizando processos, formulando ou executando diretrizes a respeito do turismo social na instituição: Luiz Wilson Pina, José de Paula Barbosa, Dionino Colaneri, Nelson Lourenço, Luiz Octávio de Lima Camargo, Mouzar da Silva e um entrevistado que optou por não ter a identidade revelada.

**Grupo B:** Formado por três guias de turismo que trabalharam formalmente para o Sesc-SP na época da unidade especializada em Turismo<sup>6</sup>. Quando o regional resolveu encerrar as operações da unidade e passou a trabalhar com guias terceirizados, alguns desses profissionais foram reaproveitados em outras funções dentro da instituição. Assim como no Grupo A, os entrevistados deste grupo, por não serem mais funcionários do Sesc, apresentaram maior propensão a um olhar mais crítico em relação ao Turismo na entidade, sobretudo na atualidade; as mesmas críticas também podem soar como uma estratégia profissional, consciente ou não, de valorização do trabalho realizado no ‘tempo deles’, concomitantemente a uma visão romantizada do passado e apocalíptica do presente. São eles: Marcos Scaranci, João Roque dos Santos e Brazil Montalvão Marques.

**Grupo C:** Este grupo, assim como o ‘D’ e o ‘E’, é composto por profissionais que à época da entrevista trabalhavam na instituição. Dois profissionais entrevistados deste grupo, a seguir listados, trabalharam na parte operacional durante o funcionamento das unidades Roosevelt/Paraíso/Paulista; atualmente possuem funções diferentes das que tinham na época.

**Grupo D:** Todas as entrevistadas deste grupo compõem a Gerência de Programas Socioeducativos (Gepse), que na coordenação de turismo social ‘substituiu’, de maneira ideologicamente diferenciada, a unidade especializada do regional: Flávia Roberta Costa, Leila Yuri Ichikawa, Denise Mirele Kieling e Sílvia Eri Hirao.

**Grupo E:** Este grupo é composto por um gerente de uma unidade do regional paulista e o atual diretor regional do Sesc de São Paulo; ambos apresentaram um discurso coeso com uma imagem institucional positiva associada ao Sesc, uma fala com regularidade, segura e integradora: Evandro M. Cenevira e Danilo Santos de Miranda.

**Grupo F:** entrevistei mais três importantes profissionais do turismo social na Europa, durante o estágio de pesquisa realizado na Universidade de Surrey (Inglaterra), buscando conhecer mais

---

<sup>5</sup> A todos os entrevistados foi apresentado um Termo de Compromisso Livre e Esclarecido, que continha as opções “ter a identidade revelada publicamente” ou “não”; apenas um entrevistado optou por não ter a identidade revelada na tese.

<sup>6</sup> Dentre as atribuições da unidade de operações e reservas do turismo social estavam a centralização da venda de pacotes, a constituição de roteiros e a articulação entre as unidades do regional (emissoras, meios de hospedagem, etc.). A unidade, que esteve ativa entre 1978 e 2005, foi nomeada de ‘Roosevelt’, depois ‘Paraíso’. Em 2005, os serviços realizados por esta unidade foram transferidos para a ‘Paulista’, localizada na famosa avenida de mesmo nome.

sobre o turismo social no diversificado contexto europeu: Charles-E. Bélanger, Marianne Schapmans e Thea Jodelsma.

Apesar do volume relativamente pequeno de documentos escritos no Sesc –majoritário e principal lugar de fontes da pesquisa –, estes foram significantes para o trabalho. Sabendo-se que a entidade foi gestada sob a égide do capital privado, dei voz aos discursos do empresariado por meio dos documentos de origem institucional. Este corpo de fontes foi fundamental para a pesquisa, pois são documentos que ajudam a indicar as intencionalidades presentes na criação e nas ações da instituição (Cheibub, 2012).

Por meio de uma visita a sua biblioteca e outros setores, tive acesso às documentações – especialmente relatórios técnicos – produzidas pelo departamento nacional, órgão que tinha (e ainda tem) a função de traçar as diretrizes gerais da entidade. Esta documentação foi fundamental para analisar a relevância que o Sesc dava ao lazer, em especial no foco ao Turismo, e que valores e mensagens estavam e estão por trás desta oferta de atividades. Do mesmo modo, constituíram fontes de pesquisa os livretos informativos e publicações impressas das unidades do Sesc-SP, divulgadas publicamente (Cheibub, 2012).

Contudo, o lugar mais importante e organizado que reúne documentos, fotografias, vídeos e áudios – previamente tratados e catalogados pela equipe de historiadores do local – relacionados à história do Turismo no Sesc-SP é o setor nomeado de Sesc-Memórias, situado no prédio da Federação do Comércio (Fecomércio-SP), onde foram realizadas várias visitas em 2012 e 2013. Os documentos escritos mais frutíferos para a pesquisa foram os relacionados à disputa jurídica e normativa entre as agências de turismo privadas e o setor de turismo social do Sesc-SP nas décadas de 1980 e 1990, o que me fez incluir este tema no roteiro de perguntas utilizado nas entrevistas aos (ex)profissionais.

A análise pôde avançar na medida em que procurei além de dados, desvendar os discursos, Estatal e Empresarial, da entidade. Por meio de toda esta documentação foi possível a análise da construção da memória do Sesc, componente fundamental da sua identidade, onde o lazer e o turismo do trabalhador comerciário se tornaram foco de atenção (Cheibub, 2012).

## LAZER E TURISMO ENQUANTO DIREITOS SOCIAIS

Ao refletir sobre o turismo social tenta-se pesquisar especialmente a *mobilidade corporal* das pessoas motivadas pelo lazer e pela busca do prazer, nem sempre obtida por todos aqueles que a desejam. Assim como Gomes (2008), compreendo o lazer – e o Turismo como uma de suas formas – como um processo dinâmico, constituído pelas identidades distintivas de cada grupo social. Sob o prisma dos direitos sociais, estou discorrendo sobre a consolidação do lazer como serviço público, para que a população efetivamente se aproprie dele (Areias, 2011). O turismo social, na prática, enxerga e contribui para a atividade turística enquanto um direito, inserido no proclamado – mas nem sempre concretizado – direito social ao lazer. Além de ter sido incluído na Constituição Federal em 1988, o lazer passou a ser “assegurado, também, praticamente em todas as constituições estaduais e leis orgânicas de municípios de nosso país” (Marcellino, 2008, p.7).

O turismo social, historicamente, também esteve atrelado às políticas públicas. Estas, por meio de programas, projetos e demais ações, vão tentar efetivar o Turismo e o lazer enquanto direitos sociais. No Ministério do Turismo (Mtur), as ações que enxergam o Turismo enquanto

possibilidade de lazer, são incipientes. O Turismo é visto neste órgão público quase que exclusivamente como uma atividade produtiva ou setor da economia. Parece que, nos últimos anos, porém, tem ocorrido um movimento de aproximação ao entendimento *lato* de turismo social por parte do governo. Um exemplo foi a coletânea *Turismo – viagens de inclusão* (2006), fruto de um seminário de mesmo nome organizado pelo Mtur em parceria com o IBAM (Instituto Brasileiro de Administração Municipal), estimulados pela compreensão das inúmeras oportunidades de integração social que podem ser abertas pelo Turismo. Temas como ‘turismo e as relações com a infância e juventude’, ‘turismo de intergeracionalidade entre jovens e idosos’, ‘turismo e acessibilidade’, ‘igualdade racial e turismo’, ‘turismo e orientação sexual’, ‘sociedades indígenas e turismo’, são nucleares na questão mais ampla do turismo social (Cheibub, 2012). O problema conceitual desta coletânea é que o turismo social, para receber a atenção do governo – curiosamente de um governo notadamente inclinado para as políticas sociais – teve que se transformar em Grupo Técnico Temático (GTT), ou seja, passou a ser considerado um segmento da atividade turística, o que, baseado na sua história e fundamentação, não seria pertinente.

É notório que o campo político, ao longo da história, se aproveita intensamente do interesse econômico que surge da fulgente atividade turística. É sem dúvida alguma reconhecida mundialmente como um dos principais setores da economia, influenciando e sendo influenciada pela política econômica na maioria dos países. Neste contexto, o Turismo foi e é fundamental enquanto instrumento de poder e tentativa de controle por parte dos Estados e das grandes instituições, seja como atividade econômica, seja como experiência sociocultural, o que me faz indagar: o que está por trás destas ações envolvendo a experiência turística? De maneira geral, quais as intenções ao se facilitar o acesso ao turismo para pessoas que teriam escassa ou nenhuma possibilidade de vivenciá-lo, prática intitulada majoritariamente de *turismo social*?

## A DEMOCRATIZAÇÃO DO TURISMO

De maneira longitudinal, a democratização do Turismo no decorrer do século XX se desdobra em dois processos inicialmente distintos, mas que em alguns momentos apresentaram pontos de contato. Por conta do considerado aumento do tempo de não trabalho e a necessidade de controle deste tempo por parte dos diferentes Estados, o turismo social se desenvolve a partir de políticas públicas no início do século XX, permanecendo – com continuidades, rupturas e mudanças – até os dias atuais. Já o turismo de massa é oriundo de um processo que ocorre a partir de meados do século XX. Ouriques (2005) afirma que, além da disseminação das férias pagas, a segunda revolução nos transportes, “por meio do automóvel e do avião, foram meios necessários para uma ‘massificação’ dos deslocamentos humanos” (p.33); que, naquele momento, recebe a contribuição fundamental dos meios de comunicação de massa, difundindo imagens do ‘mundo’ e sensibilidades relacionadas ao lazer, intensificando desejos. Logicamente que o turismo social se aproveita desta massificação, todavia os dois diferem nos princípios e, relativamente, na intencionalidade. Enquanto o turismo de massa (ou comercial) apresenta uma lógica que já está dada, baseada no capital, onde predomina a ideia de lucro, o turismo social se situa num jogo político complexo permeado de ideologias, resultado de tensões existentes entre capital, trabalho e luta de classes.

A partir da década de 1920, países como União Soviética, Itália e Alemanha criaram infraestruturas e incentivos para que os trabalhadores de baixa renda tivessem acesso ao turismo em grupos. Deve-se destacar a importância histórica do turismo interno entre 1933 e

1945, na Alemanha – período conhecido como Terceiro Reich –, operando o ajustamento do povo alemão por meio das viagens, intensamente acompanhadas pela propaganda Nazista (Spode, 2004; Baranowsky, 2004). Nestas primeiras experiências com turismo social compreende-se a clara intenção de controle dos tempos livres e de férias das massas feito por países totalitaristas, com objetivos político-partidários de assegurar a gratidão do povo (Falcão, 2006).

O intitulado Welfare State, desenvolvido de distintas maneiras pelos europeus, também promoveu a experiência turística para os trabalhadores e seus familiares, especialmente nos países que vivenciaram politicamente uma socialdemocracia. Na opinião da pesquisadora Anna-Mette Hjalager (2004), “quando ‘welfare’ e ‘turismo’ são mencionados juntos, na maioria das vezes o que vem à mente são as intituladas ‘férias pagas’. Instalações subsidiadas para os menos favorecidos também podem ser consideradas nucleares dentro da ideologia do *Welfare State* durante o século XX” (p.46). A recuperação física e mental dos trabalhadores passa a ser uma preocupação dos sindicatos, o que contribui para a difusão das férias e do turismo, sobretudo a partir da década de 1930. Ao aprofundar as análises, percebe-se que os Estados se aproveitam desta propagação, ao desenvolverem um discurso do turismo como promotor da harmonia e da paz entre os povos (Guimarães, 2012).

A base do turismo social na modalidade em que se pratica em quase todo o continente europeu – assim como seu conceito mais disseminado – surge na França pouco antes da 2ª Guerra Mundial: em 1936, ano da Convenção da Organização Social do Trabalho, criou-se a primeira Secretaria do Lazer em âmbito governamental (Cheibub, 2012). Na opinião de Falcão (2009), “a difusão da prática do turismo para as camadas populares pode ser considerada uma consequência das conquistas obtidas pelos movimentos de trabalhadores” (p.121). No ano seguinte, o turismo social foi estimulado pela criação da *Tourisme - Vacances pour tous* (entidade gerida por trabalhadores), movimento posteriormente seguido por Portugal e Bélgica. Aliás, estes dois países são importantes na história do Sesc.

Em Portugal, o Instituto Nacional para a Promoção do Tempo Livre dos Trabalhadores (Inatel), órgão público fundado em 1935 e tutelado pelo Ministério da Solidariedade e Segurança Social, foi a inspiração ideológica do programa de turismo do Sesc-SP e o modelo parcial para a sua estrutura organizacional, especialmente para a sua primeira e única instalação de férias, o Sesc de Bertiooga. De acordo com Dionino Colaneri<sup>7</sup>, a ideia surge da viagem realizada a Portugal pelo então presidente do Conselho Nacional do Sesc e da Federação do Comércio do estado de São Paulo, Dr. Brasília Machado Neto.

Já a Bélgica presencia a criação do Bureau Internacional do Turismo Social (BITS). O BITS<sup>8</sup> se auto define como uma ferramenta internacional para o desenvolvimento do turismo social no mundo. Criado em 7 de junho de 1963, com sede em Bruxelas, é uma associação filantrópica internacional, cuja finalidade é promover o turismo social, compreendido por eles como um conjunto de relações e fenômenos resultantes da participação no turismo das camadas sociais menos favorecidas, participação que se torna possível ou facilitada por medidas de caráter social bem definidas, mas que implicam um predomínio da ideia de serviço e não de lucro (Bureau, 1996). A organização afirma-se como uma fonte de intercâmbio de ideias,

---

<sup>7</sup> Dionino Colaneri, assistente social, foi representante do Conselho Técnico de Turismo da Federação do Comércio de São Paulo. Signatário da Declaração de Montreal, foi a primeira pessoa nas Américas a integrar a Organização Mundial de Turismo.

<sup>8</sup> Atual OITS - Organização Internacional de Turismo Social.

constituindo-se para os poderes públicos em um centro permanente de informações, capaz de instruir-lhes sobre a concepção e o desenvolvimento do turismo social no quadro de uma política nacional (Bureau, 1980). O Sesc se aproxima de maneira estreita com a OITS, sendo a primeira instituição das Américas a filiar-se à organização.

Nos exemplos de aplicação do turismo social, pode-se perceber que cada país fornece uma maneira diferente de realização. Nos países considerados neoliberais, como o Reino Unido e os Estados Unidos, o turismo social é um fenômeno bem menos conhecido, e raramente recebe apoio do setor público. Já em países como França, Bélgica, Portugal e Espanha, o turismo social utiliza dinheiro público e ocorre, basicamente, durante os feriados nacionais; nestas nações, a base para a oferta é a percepção do desfrutar do turismo como um direito de todos (Minnaert *et al*, 2009).

Na América do Sul, a criação das colônias de férias e do turismo social abrange países como Chile, Uruguai e principalmente a Argentina, já na década de 1930. Valéria Guimarães (2011), ao resenhar o importante livro da historiadora Elisa Pastoriza sobre o assunto, enfatiza que, “por iniciativa dos governos conservadores e dos sindicatos, houve um amplo incentivo à criação e visitação aos Parques Nacionais, que faziam parte da estratégia de consolidação das fronteiras e construção da identidade nacional argentina” (p.436). O turismo social na maior parte da Europa e em alguns países latino-americanos foi e é desenvolvido de maneira central pela iniciativa de órgãos públicos, o que difere da experiência brasileira (Falcão, 2006).

Na opinião de Neide Coriolano<sup>9</sup>, no Brasil, o turismo social se caracteriza pela oferta de experiências turísticas de empresas para seus funcionários. Além dos programas de corporações privadas para os próprios empregados, existem alguns projetos sociais de ONG's que contingencialmente organizam algo do gênero. Dionino Colaneri menciona que no estado de São Paulo existem várias associações e sindicatos ligados a Federação do Comércio, as quais possuem colônias de férias no litoral paulista, e que, de certa forma, contribuem com a possibilidade dos seus associados / afiliados / sindicalizados viajarem no seu tempo de não trabalho. No âmbito nacional, quem passa realmente a desenvolver ações turísticas dessa natureza com mais regularidade e visibilidade é o Serviço Social do Comércio. No item a seguir apresentarei um pouco da história da instituição – funcionamento e ideologias – principalmente associada à oferta de atividades de lazer, entre elas o turismo.

### **SESC: UM BREVE HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO**

Para nortear contextualmente o objeto de pesquisa, é necessário compreender o que Ângela de Castro Gomes (1994) denomina de ‘invenção do trabalhismo’, trazendo a perspectiva de construção do cenário em que os Serviços Sociais foram criados no Brasil. Com a instauração do Estado Novo em 1937, os direitos do trabalho foram eleitos como direitos da justiça social, enquanto que os direitos políticos e civis foram suspensos. A cidadania passou a estar ligada ao exercício da profissão e a Carteira de Trabalho passou a ser o seu símbolo (Brêtas, 2008). O processo de constituição da classe trabalhadora no Brasil como ator político “implica lidarmos com a questão da construção do conceito de cidadania e mais particularmente, com a questão

---

<sup>9</sup> Comentário exposto, enquanto componente da banca examinadora, durante a defesa de dissertação do aluno Felipe Felix, do Mestrado em Planejamento Urbano e Regional no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, realizada no dia 19 de dezembro de 2013.

da extensão de cidadania aos setores populares” (Gomes, 1994, pp.6-7). Neste novo mundo de ‘direitos’<sup>10</sup>, o lazer representa um papel crucial, sobretudo nos Serviços Sociais.

Pode-se enxergar as décadas de 1930 e 1940 no País como um período marcado pela paulatina substituição do modelo agroexportador para o modelo industrial, o que trouxe desdobramentos diversos, inclusive no que se refere à urbanização (Corrêa, 2008)<sup>11</sup>. Segundo a pesquisa de Aline Corrêa (2008), o adensamento do processo de industrialização nos anos de 1940 teve como consequência o acirramento da chamada *questão social*: pressionados pelos movimentos sindicais, “Estado e empresário optam em investir em programas de assistência e bem-estar social para a classe trabalhadora com a intenção de criar mecanismos de controle mais sutis, capazes de ‘adaptar’ e ‘ajustar’ o contingente de mão-de-obra às novas relações de trabalho” (Corrêa, 2008, p.8). Neste contexto, o Sesc enquanto instituição destinada a dar conta da estratégia de organização do tempo do trabalhador, lança mão de possíveis mecanismos capazes de ‘acomodar’ o trabalhador à dinâmica social brasileira durante este percurso, dentre eles, atividades programadas de turismo, intituladas posteriormente pela entidade de turismo social.

Por outro lado, Corrêa (2008) aponta um aspecto singular das atividades oferecidas pelo Sesc: o fato de que essas atividades também podem ser vistas como uma maneira de os trabalhadores terem acesso a uma diversidade maior de experiências de lazer (Cheibub, 2012). Para a autora, as atividades organizadas pelos Serviços Sociais “poderiam oferecer, à fração do operariado que as usufruía, a entrada em um universo de outros conhecimentos e linguagens que poderia lhes dar chances de ampliar sua compreensão sobre o mundo e lhes fornecer mais instrumentos para nele se movimentar” (Corrêa, 2008, p.2).

Três entrevistados<sup>12</sup> comentam para esta tese de que a concepção do Sesc tem a ver com o crescimento do comunismo no país. Em 1945, o Partido Comunista Brasileiro (PCB)<sup>13</sup> conquista espaço na vida política do País, quando constitui significativa bancada parlamentar no Congresso Nacional, deixando o empresariado brasileiro temeroso. Ao criarem diferentes federações e associações, os empresários, conjuntamente com o poder político da época, paulatinamente diluíram os sindicatos únicos e, por conseguinte, a união dos trabalhadores e a possibilidade de fortalecimento e de reivindicações anticapitalistas mais intensas. Nesta conjuntura, ao criarem o Sesc, os empresários ansiavam demonstrar que, socialmente, poderiam gerar melhores benefícios para o trabalhador brasileiro e suas famílias do que a proclamada ideologia comunista.

De acordo com Betânia Figueiredo (1991), projeto dessa amplitude só poderia ser içado com o apoio do governo, que, além de criá-lo por meio de decretos-lei, se responsabilizava (e ainda se responsabiliza) pelo recolhimento da contribuição compulsória no valor de 1,5% do

---

<sup>10</sup> De acordo com Adalberto Cardoso (2010), “a ‘cidadania regulada’ gerou nos trabalhadores a *expectativa* de proteção [e bem-estar] social, alimentando uma *promessa* de integração cidadã que, se bem que não se efetivou, cumpriu a tarefa de incorporar, finalmente mas não de uma vez para sempre, os trabalhadores como artífices do processo de construção estatal no Brasil” (p.208).

<sup>11</sup> Dionino Colaneri afirma que, nos primeiros anos de sua existência, o Sesc fazia um trabalho mais voltado para educação sanitária. Isto se explica diante do contexto da época: as pessoas que chegavam do campo ainda estavam se acostumando à dinâmica urbana, as questões de higiene, serviços e infraestruturas básicas.

<sup>12</sup> Dionino Colaneri, Mouzar Benedito da Silva e o entrevistado que optou pela não identificação.

<sup>13</sup> O PCB desde 1922 (ano de sua fundação) assinala o esforço de criar no país uma cultura socialista e um modo proletário de fazer política.

montante das folhas de pagamento dos trabalhadores do comércio, possibilitando, assim, a atuação do empresariado na assistência social (Cheibub, 2012).

**Lazer e Turismo no Sesc** - Uma das primeiras iniciativas do Sesc articuladas ao lazer foi a busca de uma área onde pudesse construir um local para as férias do trabalhador (Cheibub, 2012). A área escolhida foi Bertioga, no litoral paulista, onde em 1948 foi inaugurado o Centro de Férias Sesc Bertioga, também conhecido como Colônia de Férias Ruy Fonseca, considerada por alguns profissionais do Sesc a primeira do país. O entrevistado Luiz Octávio de Lima Camargo<sup>14</sup>, ao ponderar sobre qual seria a área principal do Sesc, coloca que, apesar da instituição dizer que é a cultura (no sentido sociológico),

*[...] tudo que se faz é em nome do lazer. Se faz teatro por quê? Porque os trabalhadores precisam ter acesso a formas de teatro a baixo custo. Você faz cinema por quê? No lazer dos comerciários é importante o cinema. Você faz esporte por quê? Porque é importante para o lazer [...]. Então tudo, a essência do trabalho do Sesc é lazer. Se faz turismo por quê? Porque o turismo é uma das formas importantes de ocupar o lazer de fim de semana e férias.<sup>15</sup>*

Há uma mudança ideológica no Sesc-SP enxergada por Camargo a partir do diretor regional Renato Requixa que, ao assumir a direção da instituição em 1976, vai trabalhar fortemente com a capacitação dos profissionais da entidade e aprofundar o conhecimento a respeito do lazer, tendo um papel importante não só no Sesc, como para o crescimento do campo de estudos no país<sup>16</sup>. Dionino Colaneri descreve que a instituição também estimulou sobremaneira o intercâmbio de profissionais, e que constantemente enviava-os para estudarem em outros países, no intuito de que compartilhassem posteriormente suas diferentes percepções acerca da organização do lazer em outras culturas. Entende-se que, mais do que priorizar o lazer (como já mencionado na Conferência de 1951), neste momento procura-se compreendê-lo e diversificá-lo na prática.

**O Sesc-SP e a 'Invenção' do Turismo Social** - Em 1979, o Sesc-SP adere aos princípios estabelecidos na famosa Carta de Viena, também conhecida como Carta do Turismo Social, adotada pela OITS em 1972. Dois princípios fundamentais estão enunciados na declaração supracitada, considerada o principal documento relacionado ao turismo social, servindo de guia de ação para todas as entidades que desenvolvem esta modalidade de turismo: 1) o turismo é parte integrante da vida social contemporânea e 2) o acesso ao turismo deve ser visto como um direito inalienável do indivíduo (Cheibub, 2012). Em 1980, a entidade filia-se à OITS, sendo nela representada por Colaneri, um dos principais entrevistados desta pesquisa, que passa a participar ativamente dos encontros internacionais promovidos pela organização.

De acordo com alguns entrevistados, é neste momento que o regional paulista traz o termo 'turismo social' para o país, ou pelo menos o coloca em voga, implementando um programa com excursões e viagens para todo o estado de São Paulo e outras regiões do Brasil. Na opinião de alguns profissionais como Pina, a instituição já fazia turismo social antes de 1979, entretanto sem uma aproximação ideológica, um entendimento do que efetivamente estava sendo feito, e, especialmente, um termo significativo que o diferenciava de outras instituições

<sup>14</sup> Luiz Octávio de Lima Camargo, um dos grandes sociólogos do lazer no país, trabalhou no Sesc de 1970 a 1985: começou como orientador social (de campo e depois, lotado na Sede), foi superintendente de pesquisa e desenvolvimento e por último, diretor do Celazer.

<sup>15</sup> Luiz Octávio de Lima Camargo, em entrevista ao autor.

<sup>16</sup> O Centro de Estudos do Lazer (Celazer [1978]) foi um dos grandes propulsores do lazer na esfera acadêmica ao organizar eventos científicos e estimular publicações, financiando a vinda ao país de teóricos estrangeiros consagrados.

e ações. Um dos entrevistados – que escolheu não ter a identidade revelada na tese - afirma que as conversas dele com o diretor regional da época, Renato Requiça, acerca da teorização e estruturação da ideia, iniciaram-se em 1978, o que leva inclusive a assinatura da Carta de Viena um ano depois.

Paralelamente à aproximação a OITS, o Sesc-SP aumentava consideravelmente o volume de movimentação de turistas. Conforme Luiz Wilson Pina, este fato é ilustrado quando se percebe que, em São Paulo, a Colônia de Férias de Bertoga se tornara pequena para o tamanho da demanda, fruto do crescimento considerável da população paulista e, por conseguinte, dos comerciários. Nos documentos que tive acesso no Sesc-Memórias, chama a atenção os questionários de satisfação de turistas/passageiros/hóspedes nas décadas de 1980 e 1990, em que a reclamação mais recorrente era sobre a dificuldade de se conseguir uma viagem (congestionamento de ligações e listas de espera ‘intermináveis’), em outras palavras, muita procura e pouca oferta; a propaganda em um dos folders sentenciava: “Corra, pois temos poucas vagas”.

A gama de serviços e equipamentos do Sesc passou a ser oferecida não somente para os comerciários e seus familiares, mas para o cidadão em geral (chamado de *usuário*<sup>17</sup>), que teve acesso a um preço *ocasionalmente* diferenciado em relação a outros arranjos do mercado turístico (Cheibub, 2012)<sup>18</sup>. Este é um tema que causou informações distintas dos entrevistados. De acordo com um deles, o trabalho com idosos que começara na década de 1970 – em sua maior parte com atividades físicas – gerou público para o turismo, o que, pelo notório tempo livre dos idosos, contribuiu para a equalização da *sazonalidade* (esta considerada uma das maiores ‘vilãs’ do *trade* turístico). Isto é confirmado por Luiz Wilson Pina:

*[...] quando a ideia do turismo social começou a ser trabalhada no Sesc, já existiam grupos de terceira idade em todas as unidades. No caso do Sesc-SP então não foi difícil chegar para esse grupo e oferecer esses programas e eles aderiram ao programa porque justamente era aquilo que eles queriam. Como a aposentadoria no Brasil era, é baixa, num valor baixo, de repente essa alternativa era a única viagem que eles tinham pra passear, com a vantagem, no caso para o Sesc que organizava os programas, que eles podiam obter um custo mais baixo nos locais turísticos, justamente porque iam fora de temporada e eram até bem vindos porque traziam uma demanda com a qual esses locais ainda não estavam habituados. Então era ótimo pra eles e também para os hotéis*<sup>19</sup>.

Ao articular esse depoimento com outros comentários e os dados de faixa etária que tive acesso nos anuários estatísticos encontrados no Sesc-Memórias, pode-se realçar que a entidade contribuiu para o aumento da demanda da terceira idade, efetivamente dando mais oportunidades de turismo para os idosos.

Toda esta expansão do turismo no Sesc aqui exposta precisa ser contextualizada pelo crescimento/democratização do Turismo no País, a partir da década de 1970, oriundo do aumento vertiginoso na malha rodoviária e na produção de automóveis, cada vez mais acessíveis à classe média da época, culminando com a construção de infraestruturas turísticas

<sup>17</sup> Nome dado pelo Sesc para aqueles que não são Comerciários - pagam um preço mais caro em comparação a estes.

<sup>18</sup> Segundo o corpo técnico do Sesc-DN, responsáveis pelas diretrizes nacionais do turismo social na instituição, o ‘ocasionalmente’ varia bastante de um Departamento Regional para outro; dependendo do Estado, experiências turísticas concretamente acessíveis para indivíduos ou famílias de baixa renda são raras ou inexistentes.

<sup>19</sup> Luiz Wilson Pina em entrevista ao autor.

de acesso e hospedagem, e de certa forma, trazendo significativas alterações na indústria do entretenimento. Isto é reforçado na pesquisa de Müller *et al* (2011), ao explicar a expansão da rede hoteleira no país:

A década de 1970 também contou com financiamento de longo prazo, através da Embratur, Finame [Agência especial de financiamento industrial], etc. e incentivos fiscais (Sudene, Sudam) para a construção de hotéis. [...] Em função desses financiamentos e incentivos, as empresas hoteleiras nacionais praticamente dobraram sua capacidade e empresas internacionais se instalaram no Brasil (p.697).

De acordo com as autoras, neste momento de ditadura militar, a *atividade turística* foi compreendida enquanto um setor econômico relevante para o desenvolvimento do país, começando uma efetiva ordenação da mesma, “inicialmente com a criação da Embratur, órgão federal e logo com a implantação de órgãos estaduais e municipais” (Idem, p.699). Como se pôde observar, o Sesc-SP insere-se neste cenário, gerando consequências a partir da expansão de suas atividades turísticas, conforme serão vistas no próximo item.

**A Disputa Jurídica: Agências de Turismo + Embratur** - Luiz Pina e Silvia Hirao<sup>20</sup> descrevem que o turismo emissivo tomou tamanha proporção que chegou a um ponto em que as unidades do Sesc competiram com as agências de turismo privadas, o que iria de encontro a sua própria natureza. Ainda que a unidade centralizadora das operações turísticas do Sesc-SP tomasse cuidado com a destinação, com a época, com o perfil do público, objetivando não concorrer diretamente com as agências privadas, não caracterizando desse modo um turismo estritamente comercial, a atuação da entidade gerou tensões no mercado turístico junto ao órgão regulamentador da atividade na época.

O material textual do Sesc-Memórias deixa claro que a instituição tentou ser competitiva na área turística, procurando na sua carteira de clientes expandir a demanda a empresas, não necessariamente oriundas do setor de comércio e serviços. No intuito de organizar e ampliar suas atividades, o departamento regional de São Paulo realizava cadastro de equipamentos turísticos e, como uma operadora turística, efetivava, em contrato, bloqueios em hotéis, estâncias e outros estabelecimentos. Em um documento intitulado *Excursões realizadas pelo Sesc-Roosevelt – 1984*, há uma solicitação de ampliação dos recursos ao programa de turismo, tendo como uma das justificativas: “ser competitivo ao nível do mercado”. Há também fontes que indicam “capacitação para divulgação e vendas, especificamente abordagem a grupos, empresas, escolas, etc.”

Consequentemente, nas décadas de 1980 e 1990 as agências comerciais, contando com a ajuda da Embratur<sup>21</sup>, tentaram limitar a ação do Sesc, ao afirmarem que este estava ‘roubando’ a clientela daquelas. A opinião dos profissionais que atuavam nesta época é divergente. Alguns, incluindo o atual diretor regional, acreditam que, pela facilidade de financiamento, apoio, alcance e pela natureza das experiências - bastante parecidas com que o mercado oferecia - de maneira ‘injusta’, o regional paulista competiu, sim, com as agências comerciais.

<sup>20</sup> Luiz Pina e Silvia Hirao é coordenadora, juntamente com Denise Kieling e Leila Ichikawa, do programa de Turismo Social da Gepse, Sesc-SP.

<sup>21</sup> Instituto Brasileiro de Turismo: criado em 1966, órgão público regulador e regulamentador das atividades turísticas no país e representante político do *trade* turístico. Originou o atual Ministério do Turismo, instituído em 2003.

O Sesc-SP tentou se registrar na Embratur para resolver a questão, mas nunca conseguiu, diferentemente de outros regionais. Um dos tópicos do Documento Norteador da Operacionalização da Área de Turismo Social (1991) do Departamento Nacional é sintomático de todo o ocorrido: “Não se recomenda o uso de comunicação de massa (Rádio, TV, Jornal) face a interpretação de concorrência por parte das agências de turismo” (p.13). Pode-se conjecturar acerca da apreensão claramente exposta acima, associada ao receio do retorno da querela jurídica: se houvesse um processo de seleção dos indivíduos ou famílias que tivessem prioridade no usufruto das ações oportunizadas pelo Sesc-SP - assim como acontecia em épocas remotas no regional e acontece em diversos programas de órgãos e instituições europeias, onde a renda e a quantidade de pessoas na família são os critérios principais ao se priorizar o acesso ao turismo (Lima *et al*, 2011) - seria necessário esta solicitação e a preocupação de possível concorrência com as agências comerciais?

**A Mudança Conceitual-Operacional** - A instituição tentou de várias maneiras resolver a incômoda situação descrita na seção anterior. Entretanto, a única ação que efetivamente funcionou para abrandar a contenda foi o *arrefecimento* ou *cancelamento* da oferta de alguns pacotes. Ao procurar outras saídas para o problema, o Sesc-SP tenta se ajustar por meio da diferenciação das suas atividades, optando pelos “passeios de 1 dia” - muitos acontecendo dentro da própria cidade de São Paulo, outros para o Sesc-Bertioga e localidades próximas à capital - e se aproximando na prática do chamado *Turismo Cultural*.

Na toada da ‘necessidade’ de mudança do Sesc-SP, em 1996 a entidade se torna signatária da adoção da Declaração de Montreal, que atualizara a Carta de Viena. A Declaração agregou as questões de equidade e de solidariedade com as comunidades anfitriãs (Bureau, 1996). Ao esmiuçar o documento, percebe-se que a OITS agrega questões relacionadas ao turismo de base comunitária, equidade social pelo turismo e no turismo, responsabilidades individuais de turistas e anfitriões, turismo para jovens, turismo para portadores de deficiências e economia social solidária (Bureau, 1980).

Esta tentativa de alargamento na concepção mais geral de turismo social é propagada parcialmente com o exemplo mais recente do turismo emissivo do Sesc-São Paulo, em que nos passeios a determinados lugares, é contratado um guia local e são utilizados (ou pelo mesmo priorizados) equipamentos, instalações e serviços da localidade visitada; segundo Flávia Roberta Costa (2006)<sup>22</sup>: “As comunidades passaram a ser convidadas, sempre que possível e em acordo com a programação desenvolvida, a estreitar o contato com os participantes das atividades, geralmente por meio da demonstração de um conhecimento tradicional” (p. 17).

De certa forma inseridos no contexto da tentativa de mudança, há ainda os projetos subsidiados pelo próprio Sesc, parceiros ou patrocinadores oferecidos gratuitamente a comunidades de baixa renda, geralmente situadas no entorno das unidades. De acordo com Costa (2006), a criação de programas especiais por segmentos e/ou estratos sociais mais vulneráveis visa, primeiramente, incluir tais estratos no movimento turístico, iniciando-os no mundo das viagens e do turismo. Em São Paulo “foi incrementada a programação onde tais segmentos pudessem exercitar a convivência com outros grupos, num claro enfrentamento ao isolamento em guetos e num amplo exercício de inclusão e solidariedade” (Costa, 2006: 14).

---

<sup>22</sup> Flávia Roberta Costa, entrevistada, trabalha no Sesc como gerente adjunta de programas socioeducativos, apresentando como um dos seus principais programas o Turismo Social. Autora de algumas publicações, quase todas referentes ao Turismo e editadas pelo Sesc. É membro do Conselho Administrativo para as Américas da OITS.

De maneira geral, recorro às posições de Melo (2008) sobre a proliferação, no Brasil, dos chamados “projetos sociais”, que se apresentam como alternativas ou veículos de inclusão social. Para esse autor, há que investigar essas iniciativas para além dos discursos, prospectando o seu modo de operacionalização e funcionamento, que explicitam mais adequadamente se as intenções anunciadas têm alguma possibilidade de serem alcançadas (Cheibub, 2012).

Percebe-se que o regional do Sesc de São Paulo, quando efetivamente tenta ampliar sua demanda – a partir do final da década de 1970 – e acaba sofrendo com a querela oriunda das agências, se vê obrigado a literalmente modificar seus conceitos e práticas. Esta vontade de transformação fez o Turismo se inserir numa metamorfose na maneira da administração regional gerir suas atividades. De acordo com a entrevistada Denise Kieling (Gepse), até o final do século passado, o Sesc-SP trabalhava com uma ideia de unidade especializada: “*então tinha o Ginástica Sesc, o Tênis Sesc, o Cine Sesc*”, assim como o Sesc Roosevelt/Paraíso/Paulista, que de 1978 a 2009 operacionalizou as *atividades turísticas* em todo o Estado. A partir da Gepse, a entidade passa a funcionar da seguinte forma: cada unidade se torna um polo, seguindo as diretrizes da administração central (Sesc-Belenzinho) e suas coordenações, incluindo-se a de turismo social.

*Em vez de uma unidade ficar com a programação de 10 atividades, 15 atividades por mês, 10 unidades teriam 1 ou 2 atividades por mês. Foi essa a mudança. [...] A ideia é que cada Sesc seja um polo, é um “mini múltiplo” Sesc. Inclusive Bertioga tem essa ideia também. Antes Bertioga tinha atividades muito próprias de um centro de hospedagem. Hoje em dia não. Hoje eles têm atividades que acontecem em outras unidades, [e que] também acontecem no Sesc-Bertioga<sup>23</sup>.*

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há visivelmente uma disputa velada entre a forma de trabalhar, entender e interpretar o turismo entre os dois momentos da instituição mencionados anteriormente (Gepse & a unidade especializada em Turismo). Esta rixa pode ser percebida dos dois lados, especialmente entre os mais antigos (dos quais, muitos não trabalham mais na entidade), talvez por apresentarem mais dificuldade de entender as mudanças da gestão atual. De maneira geral, enquanto os profissionais antigos buscavam fidelizar clientes para o turismo, os atuais pensam mais em diversificação dos conteúdos nos roteiros oferecidos pelo departamento regional de São Paulo.

Desta forma, acho injusta a crítica ao atual Sesc-SP pela diminuição significativa do volume de excursões e viagens em detrimento aos passeios de um dia. O que deve ser questionado é o fato do Estado brasileiro – enquanto formulador, articulador, regulador e fiscalizador – não possuir políticas públicas sociais em relação ao Turismo e seu acesso.

Para lançar um novo olhar sobre o turismo social, através do levantamento, do estudo de registros e da análise, procurei durante a pesquisa de doutorado aqui compendiada preencher brechas, esclarecer dúvidas e contribuir com a reconstituição da história do Sesc relacionada as práticas turísticas, ainda pouca analisada criticamente e conhecida entre os pesquisadores brasileiros. Academicamente ainda é preciso habitar o campo semântico do turismo social,

---

<sup>23</sup> Denise Kieling, em entrevista ao autor em 23.11.2012.

sendo necessário para isso mais pesquisas sobre a história, políticas e ações em diferentes contextos sobre o fenômeno.

## REFERÊNCIAS

Areias, K. T. V. (2011) *Direito Social ao Lazer no Brasil: Análise das Contribuições da Produção Acadêmica Difundida no Campo da Educação Física*. Dissertação de Mestrado em Educação Física, CEFD/UFES, Vitória.

Baranowsky, S. (2004) *Strenght through joy: consumerism and mass tourism in the Third Reich*. New York: Cambridge University Press.

Brêtas, A. (2008). Serviço de Recreação Operária: a singularidade de uma experiência (1943-1945). In: Brêtas, A.; Alves Júnior, E.D. & Melo, V. A. *Lazer e cidade: reflexões sobre o Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Shape, pp. 43-71.

Bureau (1980) Bureau Internacional du Tourisme Social. *Estudios Turísticos*, Madrid (67), pp. 147-154.

Bureau (1996) Declaração de Montreal. *Bureau Internacional du Tourisme Social* [S.I.].

Cheibub, B. L. (2009). *Lazer, experiência turística, mediação e cidadania: um estudo sobre o projeto Turismo Jovem Cidadão (Sesc-RJ)*". Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Estudos do Lazer, UFMG.

Cheibub, B. L. (2012). Breves reflexões sobre o Turismo Social a partir da História Institucional do Serviço Social do Comércio e da produção acadêmica brasileira. *Dos Algarves*, v. 21, pp. 4-23.

Corrêa, A. A. A. (2008). A construção da modernidade e o controle do não-trabalho na sociedade brasileira: uma análise comparada do SRO e o Sesc. *Anais...* XIII Anpuh-Rio, pp. 1-12.

Costa, F. R. (2006). *Turismo para todos: Turismo Social no Sesc-SP*. São Paulo: Sesc.

Departamento Nacional do Sesc. (1991). *Documento norteador da operacionalização da área de Turismo Social*. Rio de Janeiro: Centro de Estudos e Informação-Sesc/DN.

Departamento Regional do Sesc de São Paulo. (1984). *Excursões realizadas pelo Sesc-Roosevelt – 1984*. Material textual do Sesc Roosevelt – Turismo social e o Sesc. Arquivos do Sesc-Memória.

Falcão, C. H. P. (2006). Turismo social: em busca de maior inclusão da sociedade. In: Carvalho, C. L. & Barbosa, L. G. M. *Discussões e propostas para o turismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Senac-DN, pp. 127-145.

Falcão, C. H. P. (2009). Turismo Social. In: Barros Júnior, J. C. *Empreendedorismo, trabalho e qualidade de vida na terceira idade*. São Paulo: Edicon, pp. 117-140.

Figueiredo, B. G. (1991). *A criação do Sesi e Sesc: do enquadramento da preguiça a produtividade do ócio*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de História/Unicamp, Campinas.

Freitas, S. M. de (2006). *História oral: possibilidades e procedimentos*. São Paulo: Associação Humanitas.

Gomes, A. de C. (1994). *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

Gomes, C. L. (2008). Lazer urbano, contemporaneidade e educação das sensibilidades. *Itinerarium*. v.1, pp. 1-18.

Guimarães, V. L. (2012). *O turismo levado a sério: discursos e relações de poder no Brasil e na Argentina (1933-1946)*. Tese de Doutorado em História Comparada, IFCS/UFRJ.

Guimaraes, V. L. (2011). A conquista das férias: breve história do turismo na Argentina. *Revista brasileira de pesquisa em turismo*, v. 5, pp. 433-437.

Hjalager, A. (2004). Innovation in tourism from a welfare state perspective, *Scandinavian Journal of Hospitality and Tourism*. v.5 (1), pp. 46-62.

Lima, J.; Eusébio, C. & Varum, C. A. (2011). O combate à exclusão social através de programas de Turismo Social para famílias economicamente carentes. *Tourism and Management Studies*. Número especial, pp. 639-653.

Marcellino, N.C. (2008) *Políticas públicas de lazer*. Campinas: Alínea.

Melo, V. A. de. (2008). Projetos sociais de esporte e lazer e a participação da comunidade: repensando os modelos atuais. In: Ventosa, V. (2008) *Los agentes de la animación sociocultural*. Madrid: Editorial CCS, pp. 252-275.

Minnaert, L.; Maitland, R. & Miller, G. (2009). Tourism and social policy: The value of social tourism. *Annals of Tourism Research*, v. 36 (2), pp. 316-334.

Mtur - Ministério do Turismo. (2006). *Turismo Social - diálogos do Turismo*. Rio de Janeiro: IBAM.

Muller, D.; Hallal, D. R.; Ramos, M. de G. G. & Garcia, T. E. M. (2011). O despertar do turismo no Brasil: a década de 1970. In *Revista Encontros Científicos - Tourism and Management Studies*. Número especial, pp. 639-653.

Ouriques, H. R. (2005). *A produção do turismo: fetichismo e dependência*. Campinas: Alínea.

Spode, H. (2004) Fordism, mass tourism and the Third Reich: the "strength through joy" seaside resort as an index fossil. *Journal of Social History*. v. 38 (1), pp. 127-155.

**Recebido em 02.05.2014**

**Revisados pelo autor em junho de 2014**

**Aceito em 10.07.2014**